

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

Solicita informações do Sr. Ministro de Estado Chefe da Casa Civil, sobre as bases técnica e organizacional que embasaram a Medida Provisória 726/2016 assim com seu impacto fiscal.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exa. com base no art. 50 § 2º da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Sr. Ministro de Estado Chefe da Casa Civil o seguinte pedido de informações:

- a) O impacto fiscal da medida provisória 726/2016 além do exame de sua adequação orçamentária e financeira.
- b) O balanço em termos de criação, extinção e fusão dos cargos decorrentes da MP.
- c) Se existem estudos e processos administrativos que embasaram as reestruturações administrativas previstas na MP;
- d) Caso existam, solicitamos o envio da documentação e estudos gerais que embasaram a MP, bem como aqueles produzidos no âmbito de cada ministério.

<u>IUSTIFICAÇÃO</u>

No exercício do mandato parlamentar, verificamos, pela leitura da Exposição de Motivos que acompanha a Medida Provisória 726/2016, que sua edição, segundo o governo interino que a enviou, visa atender aos seguintes propósitos transcritos a seguir.

"A ideia é recombinar competências e atribuições, de modo a propiciar melhor organicidade, sistemática e eficiência às atividades desempenhadas, permitindo que as unidades administrativas, operando isoladamente ou trabalhando entre si, sejam capazes de atuar de forma tão racional quanto eficaz. Por outro lado, entendemos ser necessário adequar a estrutura da administração à realidade econômica do País, reduzindo o número de unidades administrativas e criando condições para a diminuição das despesas públicas."

Neste sentido, solicitamos os estudos gerais, bem como aqueles realizados em cada ministério que embasaram a matéria, assim como o impacto fiscal e a comprovação de sua adequação orçamentária e financeira,.

Sala das Sessões, em de junho de 2016

Vicente Cândido

DEPUTADO FEDERAL - PT/SP